

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL: A SOCIEDADE ORGANIZADA EM MARINGÁ E O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL

NATIONAL PROGRAM OF EDUCATION TAX: THE SOCIETY ORGANIZED IN MARINGÁ
AND THE EXERCISE OF SOCIAL CONTROL

ROSENI GENTILIN PINTINHA¹, MARCOS EDUARDO PINTINHA²

1. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social; 2. Professor Mestre da Faculdade Ingá – UNINGÁ.

* Rua Monsenhor Kimura, 353, Maringá, Paraná, Brasil, CEP: 87010-450. rosenipintinha@gmail.com

Recebido em 29/08/2013. Aceito para publicação em 28/09/2013

RESUMO

A Educação Fiscal é um programa instaurado pelo Governo Federal por meio de uma portaria conjunta do Ministério da Fazenda com o Ministério da Educação que incluiu em seus objetivos o caráter permanente de difusão dos princípios de ética e cidadania para a formação do integral do cidadão fazendo-o conhecer desde a estrutura do Estado às dimensões orçamentárias e a correta aplicação dos recursos públicos advindos da arrecadação dos tributos pagos pela sociedade de forma direta ou indireta. Em Maringá, uma experiência bem aproveitável da aplicação dos princípios do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF foi a fundação da Associação Civil SER - Sociedade Eticamente Responsável, organizada por um grupo de cidadãos representantes de diversos ramos da sociedade inconformados com os escândalos de desvio de dinheiro público envolvendo o então prefeito da cidade e alguns funcionários da prefeitura, dentre eles o secretário da fazenda municipal. Da sensibilização de estudantes e de profissionais e empresários nos anos de 2004 a 2012 foram colocados em prática projetos educativos e de controle social que trouxeram economia ao município e gerou interesse e reatuação em muitos outros pelo Estado do Paraná, e fora dele e até no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Fiscal, controle social, SER Maringá.

ABSTRACT

The Education Tax is a program initiated by the federal government through a joint decree of the Ministry of Finance with the Ministry of Education which included in its objectives the permanent character of diffusion of the principles of ethics and citizenship for the integral formation of the citizen-making from knowing the structure of state budget to the dimensions and the correct application of public funds arising from the

collection of taxes paid by the company directly or indirectly. In Maringá experience and profitable application of the principles of the National Education Tax - PNEF was the foundation of civil association called BE - Ethically Responsible Society, organized by a group of citizens representing different branches of the company upset with the scandal of misuse of public money involving the then mayor and some city officials, including the municipal Secretary of the Treasury. Awareness of students and professionals and entrepreneurs in the years 2004 to 2012 were put in place educational programs and social control that brought the economy to the city and generated interest and reinvestment in many other state of Parana, and outside and even abroad.

KEYWORDS: Education tax, social control. Ethically responsible society

1. INTRODUÇÃO

O Estado e a sociedade são insuficientes quanto à reciprocidade. O cidadão não recebe em serviços o equivalente aos impostos recolhidos anualmente. No Brasil o caráter impositivo dos impostos, das altas taxas, e a comunicação precária do fisco para com o cidadão, materializou a prática da sonegação fiscal e corrupção, improbidades e desmandos do governo em relação aos bens públicos. Ou, como afirma Figueiredo (2008)¹, essa cultura nasceu com o modo como o Império se organizou e estabeleceu sua relação com seus funcionários sem definir regras, hierarquias e punições. A corrupção era o desdobramento natural nas negociações: a “*ética do mercado*”.

Esta realidade impedia a trajetória normal dos tributos do recolhimento até se tornar serviços públicos para a sociedade, e minava a arrecadação devida ao Estado.

O conflito entre governo e a sociedade (civil e empresarial), indignada com tantas notícias de desvios de verbas públicas, e com as cobranças arbitrárias de impostos intensificou o distanciamento entre a fazenda e o cidadão. Tais arbitrariedades não aconteceram apenas na esfera tributária. Ao longo da história do Brasil especialmente durante o Regime Militar as políticas relativas à Previdência Social e o sistema educacional submetem-se ao domínio do Estado que usando da força buscava hegemonia empregando a ideologia de subordinação à organização econômica do Estado Capitalista, o qual apoiava a burguesia ascendente que dependia de mão de obra não pensante que gerasse o desenvolvimento sem anarquia.

Assim, a prática educacional ficou comprometida não só pela repressão aos professores, como também pela manipulação estratégica dos conteúdos utilizados na formação docente, na época, e do sistema hierárquico estabelecido pela reforma universitária ocorrida nesse regime, e o professor podia levar seus alunos a uma avaliação crítica do contexto social e das relações de trabalho vigentes. Apesar disso, o governo exaltava a educação como fonte do desenvolvimento sócio econômico.

Os ideais de cidadania fim dos anos 80 marcados pelo declínio do regime militar, como a ampliação dos direitos de voto, instalação da constituinte, manifestações populares e aumento de democracia não significou que a justiça e o equilíbrio se estabeleceram no poder público. Os casos de corrupção no governo noticiado pela imprensa, à insatisfação popular, o aumento da inflação e da pobreza em meio a muitos planos econômicos e queda brusca dos investimentos na educação determinava a baixa qualificação técnica para a indústria e o baixo desenvolvimento em todas as esferas.

Dentre as muitas medidas do governo para o aplacamento dessa situação estavam as privatizações, cortes de despesas, incentivo a industrialização e a conquista do aumento na arrecadação com o combate a sonegação. Para esse debate implantou-se discussões que foram levadas a cabo nas reuniões nacionais ainda na década de 90, pelo Ministério da Fazenda.

O Conselho Nacional de Políticas Fazendárias – CONFAZ discutia uma forma de criar uma política pública que aumentasse o acesso da sociedade a todas as informações ligada aos tributos e taxas a que estavam obrigados, viabilizando aos cidadãos a compreensão sobre os mecanismos tributáveis dos mesmos, a obrigação em recolhê-los a fim de financiar o Estado que é o gestor desses recursos.

Desta forma, era importante, por meio de medidas educativas, fazer despertar para a cidadania, informar sobre os deveres e os direitos adquiridos socialmente com o pagamento dos tributos e a importância deles como financiadores do Estado que é o responsável pela redistribuição de renda e promoção de justiça para todos

por meio dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

O Programa nacional de Educação Fiscal

Na contramão desse pensamento nascia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996² que refletia os ideais liberais das correntes opositoras do governo militar. A LDB contemplava todos os níveis de ensino, mas diminuía as responsabilidades do governo federal quando dividiu os cuidados com os Estado e municípios e rede particular de ensino. Para Paulino³ (2006, p. 1945)

[...] Se por um lado os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro deixaram de fornecer a escolarização e qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado Capitalista, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares sofredoras de exclusão social.

Em maio de 1996, foi implantado um programa permanente de conscientização tributária por meio do Convênio de Cooperação Técnica entre a União, Estados e Distrito Federal, que devido a sua abrangência, em julho de 1999, o CONFAZ aprova mudanças nesse programa e ele passa a se chamar Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que não se restringe só aos tributos, mas também as questões sobre a transferência dos recursos públicos arrecadados para Estados e Municípios, bem como a gestão dos mesmos.

A estrutura e operacionalização do PNEF são delimitadas pela Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação nº 413, de 12/2002⁴. Os valores norteadores da Educação Fiscal são: a superioridade do homem sobre o Estado, a liberdade, a igualdade e a justiça social. O PNEF tem o comprometimento com a construção da cidadania, solidariedade, ética, transparência fiscal e social.

Devido ao seu caráter permanente o PNEF sua missão é contribuir para a formação do indivíduo, visando o desenvolvimento da conscientização de seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e ao controle social. A da Educação fiscal é de estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo, na perspectiva de formar o ser humano integralmente, possibilitando-lhe o pleno exercício de cidadania e propiciar a transformação social.

Estão envolvidos nesse programa, os Ministérios da Fazenda e da Educação, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as Secretarias da

Fazenda e Educação dos Estados. A coordenação nacional do FNEF está a cargo da Escola Fazendária – ESAF, que traça as diretrizes e ações em nível federal, juntamente com o Grupo de Trabalho Educação Fiscal – GEF. Nos Estados o PNEF desenvolvido em parceria entre as Secretarias do Estado da Fazenda e da Educação e a Secretaria da Receita Federal, que constituem o Grupo de Educação Fiscal Estadual. A missão do GEF é de promover o PNEF de forma ética e democrática, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, com a justiça social e ao bem comum.

Para a transmissão dos conteúdos relativos ao sistema tributário, sua estrutura e funcionalidade, em Maringá, grupos de disseminadores da Educação Fiscal foram criados dentro a rede de ensino pública, funcionários da Receita Federal do Brasil, das Fazendas Estaduais, Universidade Estadual de Maringá, professores da rede municipal de ensino, que se identificaram com a causa em sua maior essência, a mudança de cultura em relação ao exercício pleno da cidadania.

No plano nacional, conta Baltazar (2010)⁵ que depois de alguns meses de sua implantação começaram a surgir os primeiros seminários e congressos estaduais e nacionais aonde já era possível identificar dispositivos regionais adaptados com uma didática capaz de fazer com que um assunto tão denso como o sistema tributário chegasse às pessoas de forma leve e criativa como foi o exemplo da Secretaria da Receita Federal com o Lançamento da “Cartilha Dona Formiga” e “Compadre Tatu e o Imposto de Renda”, pautado no PNEF.

Os materiais produzidos traziam conceito de sociedade civil organizada, que mudava a ideia de comunidade como sendo apenas um grupo de um lugar com direito ao voto, mas como categoria da realidade social, qual sejam pessoas com interesses comuns, com deveres e direitos de cidadãos que buscam o bem comum, por meio da coesão social que a boa aplicação dos recursos públicos pode oferecer.

Conforme Andrade (2003)⁶, cidadania é uma noção importante para pensar as desigualdades sociais, pois ela propõe a participação do indivíduo nas decisões sociais. Para ele na sociedade que não garante condições para esse exercício a democracia não acontece.

A resistência inicial a esses temas por parte de empresários e outras classes, até mesmo de trabalhadores, foi grande, pois com o advento do programa, também algumas Leis e normas foram sendo editadas a fim de regulamentar os procedimentos que agora passariam a serem exigidos de alguns órgãos públicos, bancos, prefeituras e algumas categorias profissionais que interferem na relação fisco/contribuintes (como contadores, advogados, administradores de empresas), para garantir que esses novos conceitos fossem sendo transportados para uma prática de transparência e de responsabilidade fiscal em suas atividades cotidianas.

Aos poucos o que era visto como mazela do fisco passava a ser entendido como uma nova ordem de contrapartida entre o Estado e a sociedade.

Para Avritzer (2008)⁷, no Brasil é clara a cultura da trapaça em favor de interesses próprios e a implantação real de uma cultura democrática depende antes da implantação de normas efetivas que venha orientar os indivíduos de modo a operar diretamente nas suas decisões.

Algumas opiniões mudaram. O que era tido como mais uma imposição do governo para obter maior arrecadação, com o tempo, e muita comunicação sobre os princípios do PNEF, passou a ser entendido como a solução para os dilemas. Grupos de administradores, gerentes de bancos, contadores foram conclamados a participarem do círculo de conscientização e aplicabilidade dos princípios da cidadania fiscal da não sonegação e da observância da Lei de Responsabilidade fiscal.

Para Pialarissi (2010)⁸, a justiça social só poderá ser obtida quando deixarmos de aceitar qualquer desvio de recursos públicos e nos empenharmos em acompanhar os gastos municipais da Prefeitura e da Câmara de vereadores.

Essa filosofia do PNEF chocou-se com a cultura popular, mas a conversão de valores voltados ao comportamento cidadão depende de muito trabalho educativo com crianças, jovens, adultos e acadêmicos, carentes do convencimento para tomar atitudes transformadoras e participativas impelindo à luz da responsabilidade social enquanto homem e profissional ao invés da acomodação e omissão social.

Lemos (2003)⁹ afirma que os novos valores de cidadania participativa denunciam diariamente o poder elitizado e mercadológico, intensifica as práticas sociais coletivas e consolida a democracia.

O contato e intimidade com a lógica social que a Educação Fiscal permite, traz a internalização de conceitos antes não explorados pela educação. O grande sucesso do Programa de Educação Fiscal foi ter agregado justamente o setor da educação em seu trajeto, pois ela, além da socialização do conhecimento é capaz de levar à consciência humana os princípios e valores mais importantes da cultura e para o desenvolvimento.

A transversalidade com que os conceitos de cidadania fiscal são inseridos no contexto escolar nos conteúdos de qualquer matéria facilita seu aproveitamento e disseminação. Para Andrade (2003)⁶ o auxílio entre as ciências humanas e sociais e a ética permite pensar e intervir nas desigualdades sociais.

Apesar da necessidade política e econômica do Estado em se explicar e se aproximar do contribuinte para abrandar sua crise de credibilidade e de muitos desmandos no sistema de cobrança, a visibilidade dos envolvidos nesse processo de busca por uma sociedade mais coesa por meio da formação de um indivíduo comprometido e consciente, fez do PNEF um programa capaz

de fazer avançar os conceitos de democracia no Brasil partindo da organização social.

Participação da Sociedade organizada

Depois de muitas reuniões esclarecedoras sobre as novas exigências advindas da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁰ e sobre o PNEF e suas diretrizes, no município de Maringá, um grupo de pessoas, formado por representantes dos Órgãos parceiros no Programa de Educação Fiscal, o então Delegado da Receita Federal, o Pró Reitor da Universidade Estadual de Maringá, auditores da Receita Estadual de Maringá, professores do Núcleo Regional de Educação, representantes de Entidades de classe, clubes de serviços e interessados da comunidade, organiza o primeiro Seminário Regional de Educação Fiscal, nas dependências daquela Receita Federal, dirigido aos professores da rede estadual e municipal de ensino, no qual foram recolhidas muitas sugestões de ações e planejamento para aplicação dos cinco módulos do programa destinados respectivamente, às crianças do ensino fundamental, ensino médio, servidores públicos, universitários e sociedade em geral.

Alguns desses órgãos já podiam dispor de verbas para viabilizar essas ações educativas do Programa, como realização de seminários entre outros, via secretarias de origem, Educação, Fazenda do Estado e Fazenda Nacional.

Mas Maringá se destaca nacionalmente por ser pioneira em ações baseadas no conceito de sociedade civil organizada, pois no ano de 2000, foi revelado um grande esquema de desvio de recursos públicos na Prefeitura Municipal. As ações deflagradas pelas autoridades competentes levaram muitas pessoas a serem indiciadas e condenadas, mas o dinheiro desviado nunca retornou aos cofres públicos. Por isso, esse grupo de Educação fiscal local, convencido de que situações como estas deveriam ser evitadas, convocaram outros Órgãos Públicos como a Justiça Federal, Ministério Públicos, a Controladoria da União, clubes de serviços, Associação comercial, Instituições de ensino particulares para discutirem sobre como se poderia fomentar a participação popular no sentido de acompanharem a aplicação dos recursos públicos na Prefeitura Municipal de Maringá.

Então surge a ideia de organizar uma associação civil para apoiar projetos sociais e culturais educativos para promoção da cidadania fiscal e a coesão social. Em 2004 foi fundada a SER-Sociedade Eticamente Responsável. As primeiras ações tiveram interesse de despertar a atenção popular para a nova proposta. Representantes dos apoiadores se reuniram e foram para as ruas distribuindo material que traziam frases e questionamentos que faziam pensar em atitudes socialmente cidadãs, outras sobre hábitos corriqueiros que podem mudar o con-

vívio social; como dizer obrigado, leia um livro, seja gentil, diga bom dia, em adesivos, faixas e cartazes sobre responsabilidade do voto, feirão de impostos para conscientizar sobre a alta carga tributária e a fiscalização dos gastos públicos. Foi o chamado movimento pela cidadania.

Ainda em 2004 foi montada a peça teatral educativa “O Auto da Barca do Fisco”, comédia que aborda questões sobre sonegação, corrupção e pirataria. Essa peça faz parte do projeto Dramatizando a Cidadania desenvolvida em parceria entre a SER e o Museu Interdisciplinar da UEM, com o apoio da Receita Federal de Maringá, e que continua até hoje em cartaz juntamente outras ações. Até março de 2012, o público alcançado pela Barca foi de aproximadamente 150.000 pessoas.

Em 2005 a SER intensifica ações educativas, capacitando cerca 700 professores e membros das equipes pedagógicas do Estado, Município e rede particular de ensino. Nesse ano foi lançado o primeiro concurso de redação sobre Cidadania Fiscal, e em preparação para esse concurso muitos eventos com palestras de conteúdos interdisciplinares e apresentação da peça teatral.

Assim, outros projetos foram sendo propostos sempre em parceria com os Órgãos acima citados, como espetáculo Música Poesia e Cidadania, SER Atleta, Voto Certo, Concurso de Curtas Pró Cidadania, Projeto de Esculturas/UEM, Voto Certo, Seminários sobre o Papel do Prefeito e do Vereador na sociedade eticamente responsável, Observatório Social, Concurso de Monografias aplicadas a Cidadania Fiscal, Clowns, dentre outros, os quais interagiram entre si na finalidade.

Para Marulanda (2010)¹¹, uma lição aprendida com a experiência de Maringá é de que a sociedade organizada é capaz de criar mecanismos de controle para impedir a corrupção e o mau uso dos recursos públicos, por meio do acompanhamento de licitações. Em relação ao trabalho do Observatório Social de Maringá, todo o processo foi sendo elaborado e estudado até chegar ao modelo que hoje e pode ser usado por outras comunidades que desejam reaplicar.

Essas iniciativas foram dando visibilidade aos trabalhos da SER, os resultados divulgados pela mídia e pelos membros da SER e os eventos com o grupo de Educação Fiscal de Maringá, ficaram conhecidos e requisitados.

Os muitos encontros reunindo professores da rede pública e privada para o convencimento e sensibilização sobre a importância que representava formar o cidadão em sua totalidade, a luta pela formação de profissionais capazes de usar seu conhecimento para a construção do bem comum, colaborando com seus deveres, mas sabendo defender o direito comum.

Algumas instituições de ensino aderiram de forma mais intensa às ações que a SER vinha desenvolvendo e incluíram em seu ano letivo várias atividades com os conteúdos da educação fiscal, exemplo disso foi o Colé-

gio Drummond Maringá que adotou a Cartilha de Educação Fiscal/PNEF, como uma das discussões anuais para as oitavas séries do ensino fundamental, e a Faculdade Ingá - Maringá que em seus cursos de Enfermagem e Serviço Social requisitaram muitos eventos promovidos pelos voluntários da SER, como aulas inaugurais, palestras e apresentação das peças teatrais, do Grupo Musical e Clowns, que intercalava temáticas da saúde, controle social e exercício cidadão da profissão.

Em 2006, com a implantação do projeto Observatório Social de Maringá, que acompanha em tempo real algumas licitações da prefeitura de Maringá e o trabalho dos vereadores na Câmara de vereadores, o desafio de participar do controle social e fomentar políticas que abrissem as contas públicas para a transparência começou a funcionar. Muitas irregularidades foram denunciadas ao Ministério Público, muitos erros administrativos foram corrigidos e muitas sugestões foram acatadas pelo governo municipal com o fim de melhor organizar e gerir os bens e recursos do município. Com isso, nos últimos anos, milhões de reais foram economizados e remanejados para secretarias que necessitavam de recursos, além de que a qualidade das mercadorias adquiridas melhorou sensivelmente.

O Observatório Social de Maringá além de representar a força do trabalho voluntário, também demonstrou a importância do envolvimento econômico do setor privado para financiar tais projetos. Isso reforça a opinião de COHEN (2005)¹² que diz que as políticas sociais não podem caminhar apartadas do desenvolvimento econômico e que este por sua vez deve servir, juntamente com o Estado, para a geração de empregos, redução da pobreza e promoção da coesão social por meio da boa aplicação dos recursos públicos, dando ao indivíduo acesso a sua própria sustentabilidade.

Outros projetos da SER Maringá trouxeram resultados após as sensibilizações com conteúdos de cidadania fiscal dentre eles os concursos de redação, aonde grande parte dos vencedores pertenceram as Instituições que abraçaram o projeto. Em 2010, sete dos dez primeiros colocados na categoria Acadêmica, foram alunos da Faculdade Ingá. Isso pode ser contabilizado como resultado do contato desses alunos com os temas da Educação Fiscal e por meio de suas aulas, palestras e eventos de sensibilização nessa instituição.

Ainda em 2010, alunos do curso de Enfermagem, Educação Física, Psicologia e Serviço Social, incentivados pelo professor da disciplina de Ciências Sociais e Políticas Públicas, atuaram voluntariamente no projeto SER Eleitor, como Clowns, em parceria com aquela faculdade, na panfletagem de conscientização sobre as responsabilidades civis dos cidadãos diante do voto. Os Clowns foram palhaços que compartilharam com todos os alunos da instituição, pequenos episódios sobre a situação em que se encontram os serviços públicos nos

postos de saúde no município de Maringá, refletindo o papel dos governantes nas políticas públicas para a boa aplicação dos recursos públicos.

Assim, também, destacamos a participação da Universidade Estadual de Maringá - UEM via Museu Dinâmico Interdisciplinar, que é parceira em todas as ações que a SER desenvolve, inclusive na formalização de projetos por meio dos quais são obtidos recursos para a realização de eventos e os concursos de redação e de Monografias, por meio da SETI, Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, e também dispõe de pessoal voluntário, bem como a Receita Federal de Maringá, Receita Estadual de Maringá e Núcleo Regional de Educação.

Outra conquista importante da UEM foi à inclusão de uma disciplina de controle social como temática no currículo do curso de enfermagem, por entender que esse profissional é um elo importante entre o fornecedor dos serviços públicos na área da saúde e os usuários desses serviços, podendo avaliar a qualidade dos produtos comprados pela prefeitura, o uso adequado dos mesmos, além de fazer orientações para a defesa dos direitos a esses usuários e melhorias na qualidade e adequação dos produtos bem como direcionar as pessoas em direção à participação nos conselhos de representação.

3. CONCLUSÃO

Todo o esforço dirigido a organizar uma sociedade mais participativa e sensível ao bem comum ainda não foi suficiente, pois vemos ainda um assombroso número de escândalos de desvios e corrupção sendo expostos pela mídia e muitos deles sem esperança de retorno do erário aos cofres públicos. Isso reforça a tese de que o controle social deve ser intensificado. Os conselheiros têm que ser instruídos para tomar as rédeas em suas funções, não ficando a mercê das indicações que agradem mais aos controladores da máquina pública do que aos interesses da comunidade em geral.

Os usuários dos serviços oferecidos devem ser alcançados cada vez mais como agentes de seus direitos. E as pontes para os bastidores dos direitos sociais podem ser construída por meio das equipes multidisciplinares que podem encorajar a participação nos conselhos e levantar questões sociais abrangentes e representativas que precisam de políticas que promovam uma melhor distribuição de rendas, para o bem estar comum.

Assim, vemos que é possível o envolvimento do cidadão nas decisões em seu município, e a exemplo disso, mais de cinquenta cidades no Brasil já adotaram esse modelo de tecnologia social para acompanhar as contas em suas localidades. A transparência nas contas dos municípios passa cada vez mais a ser vista com popularidade e aos poucos vai se massificando a cultura da participação popular na vida política do município, ainda que desvinculada de participação partidária, e sim consciente

de sua importância social.

A preocupação da SER em não se deixar envolver pelas demagogias políticas que venham tirar proveito dessas iniciativas de cidadania em Maringá para fins de promoção pessoal no âmbito da política. Para isso seus associados não podem ser filiados e nem ter vínculo trabalhista com partidos políticos.

Podemos concluir que a Educação Fiscal, particularmente em Maringá, aonde a SER lançou e desenvolveu o projeto Observatório Social, aplicando a tecnologia social de acompanhamento dos gastos do município, se diferenciou das demais políticas emergenciais. Essa política pública embora tenha sido implantada para atender uma necessidade macro do Estado de restabelecer a comunicação do Estado com a sociedade contribuinte, acabou encontrando na participação popular e dos setores da educação o diferencial para ser uma política preventiva, no momento em que uniu os princípios de cidadania fiscal a uma aplicação prática de controle social evitando que erros, desvios e a corrupção na administração pública causem danos materiais irreversíveis aos cofres públicos.

A conversão cultural é um processo demorado, mas a educação é o instrumento mais eficaz para a introdução dos conceitos de justiça social, e esse aspecto enriqueceu o PNEF adiantando seu poder de alcance e fez dele um importante facilitador da coesão social, pelo menos no município de Maringá aonde já se pode contar em número a economia gerada aos cofres públicos nesses primeiros seis anos de trabalho. Essa economia pode ser alocada para atender outras demandas sociais em outras secretarias.

As Políticas Educativas assim como as outras políticas públicas sempre tenderam, no decorrer da história, a atender aos anseios do sistema econômico capitalista em que estão inseridas. Não alheio a isso, o PNEF representa uma inovação por seu caráter de permanência e implantação da cultura da cidadania fiscal. Aonde se aprende a pensar de forma cidadã e fazer considerações sociais na vivência diária e o resultado desse processo é cultura.

Por ter sido concebido no meio educativo tomou vulto de consciência de direito e de dever, e também de consenso e crítica ao novo. A comunidade está mais atenta à história que vai acontecendo ao seu redor e já é capaz analisar as conjecturas políticas desse momento e promover retruques nas decisões arbitrárias do legislativo municipal como foi o caso do aumento do número de vereadores para Maringá e a votação em regime de urgência para aumentar exageradamente o subsídio pago aos vereadores, prefeito e seus assessores nesta cidade.

Mas, conforme Borja (2011)¹⁴ o PNEF precisa tornar-se uma política de Estado para que tenha o impacto na população, e que seja feito um investimento com recursos humano, econômicos e profissionalizantes

dos envolvidos do Ministério da Fazenda para que possam apoiar o Ministério da Educação no âmbito escolar na difusão da cultura fiscal.

Ainda que não haja investimentos financeiros específicos para o PNEF, que ele seja não seja uma política pública, ainda pelo baixo interesse na educacional, as discussões continuam avançando para o estabelecimento de implantação nas escolas e definição de recursos específicos que garantam sua execução.

A experiência de Maringá tem sido exaustiva, mas busca os seus propósitos, por que, apesar de ser um trabalho árduo e de resultados difíceis de mensurar, obteve boa divulgação dos princípios do PNEF, incentivou a participação popular nos conselhos e nas decisões administrativas do município além do controle social do Observatório Social de Maringá que trouxe economia e organização setoriais na Prefeitura Municipal.

A tecnologia social do Observatório Social é socializada com muitas cidades no Brasil inteiro e até no exterior, mas a sua posse como instrumento de politicagem por algumas instituições e pessoas que desejam tirar vantagem dela nos palanques, é condenada e fere essência da SER que não é partidária. Seu uso para outros fins que não o exercício da cidadania para uma sociedade mais democrática e coesa fica desaprovado.

Impedir desvios de dinheiro público, corrupção, erros administrativos é menos oneroso ao Estado e à sociedade, prevenir é melhor que deixar milhões em recurso serem desviados sem jamais retornar aos cofres públicos. Para isso a educação para a transparência, o cumprimento das leis e comprometimento social formará representantes legítimos e competentes para exercer as incumbências de um vereador ou deputado, mas só a participação do cidadão é condição indispensável para uma democracia concreta, bem como a boa aplicação dos recursos o é para promover a coesão social.

REFERÊNCIAS

- [1] Freitas FLR, Bignotto N, *et al.* Corrupção: ensaios e críticas. Ed. UFMG. 2008; 210.
- [2] Presidência da República. Lei nº 9394- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 20 de setembro de 2012.
- [3] Paulino AB, Pereira WA educação no Estado Militar (1964-1985). Cadernos de História da Educação (UFU) Universidade Federal de Uberlândia. 2006; 6:1942-51.
- [4] Portaria Interministerial nº 413. Programa Nacional de Educação Fiscal. Ministério da Educação e Ministério da Fazenda, Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/portarias/2002/intermisteriais/portinter413htm.2002> Acesso em: 20 de setembro de 2012.
- [5] Baltazar AHL, Aquino M. El Observatorio Social de Maringá: haciendo viable La cohesión social. In: Educación

- Fiscal y Cohesion Social-Experiencias de América Latina. Madri. Ed. MS Impresores, 2010;73(04).
- [6] Freitas A, Thales HN. Ética e Cidadania uma reflexão atual e necessária para as ciências sociais. *Humanitas*. 2003; 6(1 e 2):18-9.
- [7] Avritzer L, Bignotto N. (org.) *et al.* Corrupção: ensaios e críticas. Ed. UFMG. 2008; 391-2.
- [8] Pialarissi DR. El Observatorio Social de Maringá: haciendo viable La cohesión social in: Educación Fiscal y Cohesion Social-Experiencias de América Latina. Madri. Ed.MSImpresores, 2010; 183(11).
- [9] Lemos PR. Cidadania e Mudança. *Humanitas*. 2003; 6(1 e 2):24-5.
- [10] Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 25 de set. de 2013.
- [11] Marulanda NR, Tancredi FB. De La Innovación social a La política pública – Histórias de êxito em América Latina y El Caribe. Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL) 2010; 151.
- [12] Cohen E; Franco R. Gestion Social: Como lograr eficiencia e impacto em lãs políticas sociales. Siglo Veintiuno Editores. 2005; 13-4.
- [13] SER MARINGÁ. Relatório de Atividades, 2010.
- [14] Borja FDR – Educação Fiscal no Brasil e no Mundo. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.rj.gov.br/portal/instituicao/educacaofiscal.portal>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

